

Psicanálise e ciência: uma questão de método

Ana Cristina Figueiredo

Marcus André Vieira

[Clique aqui para ampliar](#)

Referência

FIGUEIREDO, A. C. ; VIEIRA, M. A. . Psicanálise e ciência: uma questão de método. In: Waldir Beividas. (Org.). Psicanálise, pesquisa e universidade. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002, v. , p. 13-33.

A ciência do senso comum

Desde os trabalhos de Gaston Bachelard (Cf. BACHELARD, G. *La formation de l'esprit scientifique*, Paris, Vrin, 1989, p. 242.) podemos assumir que a ciência moderna se define mais por um modo específico de lidar com o fenômeno do que por manter uma relação direta com seu objeto. Seus instrumentos, um microscópio, por exemplo, são bem mais a encarnação de uma teoria do que uma extensão das capacidades sensíveis do corpo, um prolongamento do olho neste caso. Dando um sentido radical a esta constatação, Alexandre Koyré (Cf. p. ex. KOYRÉ, A. "Une expérience de mesure", *Études d'histoire de la pensée scientifique*, Paris, Gallimard, 1973, p. 289-320), em lugar de caracterizá-la como procedimento empírico de refutação de hipóteses a partir da experimentação controlada, demonstra que, em ciência, trata-se de agir sobre a natureza a partir de uma concepção matemática de sua essência real. "Matemática", aqui, deve ser entendida menos como um corpo de saber e mais como *modus operandi* específico¹.

Dessa forma, a ciência moderna se caracteriza mais pela matematização do real que por seu trabalho empírico de formulação e teste de hipóteses. Para estabelecer neste texto as bases de um método de pesquisa próprio à psicanálise – prática clínica por definição –, retomaremos essas noções em detalhe, uma vez que elas não indicam de imediato o lugar reservado ao material empírico na concepção de ciência que delimitam. Vejamos, então, a leitura da ciência realizada por Koyré.

Historicamente, Galileu e Newton são os nomes que selam o nascimento da ciência moderna. Depois de Galileu, pesquisar, segundo o senso comum, significa criar situações especiais para examinar fenômenos da natureza em sua pureza, sem o contágio de preconceitos, e, a partir daí, elaborar hipóteses e teorias precisas, matemáticas. Ao examinar uma célebre experiência de Galileu, a da Torre de Pisa, Koyré demonstra, porém, que o padrão habitual de leitura deve ser invertido: no procedimento científico, a matematização preside e organiza a experiência, e não o contrário (Koyré 1973: 289-ss). A premissa fundamental para a revolução científica, apesar de mais aparente em Newton, está explicitamente presente em Galileu: "a filosofia está escrita nesse imenso livro que continuamente se acha aberto diante de nossos olhos, falo do universo, e ela está escrita em símbolos matemáticos". (sumiu a referência de Galileu!: Galileu, G. "Saggiatore, 6", *Os pensadores*, São Paulo, Abril, 1978.)

Como é bastante improvável que Galileu tenha chegado a essa conclusão unicamente por meio da experimentação, Koyré decide comprová-la utilizando a experiência da Torre de Pisa. A tradição aristotélica rezava que dois corpos lançados no vazio cairiam em uma velocidade proporcional a seu peso. Na história da ciência, afirmava-se classicamente que Galileu comprovou que uma esfera de ferro pesando algumas gramas e outra de cem quilos cairiam com a mesma velocidade, por mais estranho que isso pareça ao senso comum. Vejamos a maneira como Fahie, historiador do início do século XX, descreveu essa experiência:

¹ A fim de tornar essa aceção mais evidente, utilizaremos o termo "matematização".

Quase dois mil anos antes, Aristóteles tinha afirmado que se dois corpos de pesos diferentes da mesma matéria caíssem da mesma altura, o mais pesado chegaria à terra antes do mais leve, na proporção de seu peso. A experiência não é difícil, mas ninguém tinha tido a idéia de argumentar recorrendo a ela, e, em consequência, essa asserção foi tomada como axioma da ciência do movimento em virtude do *ipse dixit* de Aristóteles. Galileu, porém, pretendia, com a autoridade da experiência, que salvo uma diferença insignificante devida à desproporção da resistência do ar, elas cairiam ao mesmo tempo. Os aristotélicos ridicularizaram essa idéia e se recusaram a escutar. Galileu, no entanto, não se deixou intimidar e decidiu forçar seus adversários a ver o fato como ele o via. Assim, em uma bela manhã, diante da universidade reunida – professores e estudantes –, ele subiu à Torre inclinada com uma esfera de dez libras e outra de uma libra. Colocou-as na borda da Torre e deixou-as cair juntas. Juntas elas caíram e juntas tocaram o solo (Fahie 1903 *apud* Koyré 1973: p. 214).

Namer é ainda mais enfático na representação teatral do experimento: Galileu subiu os degraus da torre inclinada, calmo e tranqüilo, apesar dos risos e gritos da multidão. Ele compreendia bem a importância do momento. No topo da Torre, formulou uma última vez a questão em sua exatidão. Se os corpos caindo chegassem na terra ao mesmo tempo, ele teria a vitória, mas se eles chegassem em momentos diferentes, seriam seus adversários que teriam razão. O momento chegara. Galileu largou as duas esferas de ferro. Todos os olhos estavam voltados para o alto. Silêncio. Todos viram as duas esferas partirem juntas e juntas atingirem o pé da torre (Namer 1931 *apud* Koyré 1973: p. 216).

Nota-se claramente o colorido mítico acrescentado à experiência, dando-lhe lugar de destaque, essencial para a concepção empirista da ciência. Tal experiência, contudo, jamais ocorreu. Koyré demonstra que Galileu não somente não teria tido condições físicas de realizar esse experimento, como, se o tivesse feito, teria encontrado resultado semelhante ao do senso comum, já que a resistência do ar deve ser levada em conta. A lei de aceleração gravitacional opera integralmente apenas no vácuo, que permite prescindir da massa dos corpos na construção dos protocolos de experimentação.

Para o que nos interessa neste texto, importa indicar que Koyré mostra que Galileu fez uso de uma ocorrência imaginada, e não real, e que salienta o quanto a experiência imaginária é essencial para a ciência: ela corrige os detalhes que, em certos casos, tornam a experiência real praticamente impossível. Como constata, “a pesquisa científica não progride seguindo os passos da experimentação, mas antecipando-se a ela” (Koyré 1973: 263).

Essas considerações bastam para assumirmos a hipótese de incluir, naquilo que consideramos ciência, práticas intelectuais distantes dos laboratórios e seus dispositivos experimentais solidamente definidos, já que, mesmo nestes, a configuração material da experiência está subordinada a determinantes tanto teóricos e conceituais quanto culturais e econômicos. A cientificidade de uma prática deve ser aferida também em sua capacidade de literalização, ou seja, a possibilidade de ser formulada em elementos

mínimos, desprovidos ao máximo de sentido prévio, tal como ocorre nas fórmulas matemáticas.

Para evidenciar as conseqüências dessa inversão de perspectiva, é preciso retomar uma distinção essencial entre “ciência ideal” e “ideal da ciência” (Milner 1995b: 35-ss). O ideal da ciência é esse que descartamos, o da “verdadeira” ciência, tida como prática de delimitação precisa e fundada na comprovação ou refutação de teorias por meio de verificação empírica e imparcial. A ciência ideal é aquela que se presta a fundamentar o ideal da ciência e que não se apresenta como um ponto fixo, variando de acordo com as circunstâncias culturais e históricas. Durante dois séculos, a física foi o paradigma da ciência ideal, sendo recentemente destronada pela biologia e pela genética, o que demonstra que é possível incluir nesse registro práticas científicas que, embora menos vinculadas à matemática, não deixam de ser matematizadas.

Não se trata de eleger a matemática como ciência ideal, mas sim de organizar o vastíssimo campo de pesquisa sob a rubrica “ciência” de uma forma que não a conhecida e claramente insatisfatória oposição entre ciências exatas e humanas. Essa dicotomia postula a existência, de um lado, de uma área delimitada de maneira estrita pelas verdadeiras ciências, as exatas, e, do outro, uma constelação de procedimentos que perseguem, sem jamais alcançar, o ideal de ingressar no seletivo grupo inicial. Se deixamos de acreditar na existência da “verdadeira ciência”, mais ou menos identificada com a ciência ideal (a física, por exemplo), temos de aprimorar nossos parâmetros de orientação.

Crítérios para uma prática científica

Para dispor de critérios mais precisos, recorreremos a Jean-Claude Milner (1997) e seu desenvolvimento do que foi esboçado por Koyré. Como se viu, Koyré define a ciência a partir de seu fundamento matematizante. Milner, embora mantenha esse fundamento, recupera algo do empirismo anglo-saxão, ao enfatizar a necessidade de que a matematização não seja concebida como pura logificação do mundo. A literalização só é ciência se opera sobre um corpo de dados específico, que constitui o escopo de uma técnica. A ciência é matematização do real, mas do real de uma técnica específica. Seu exemplo maior é a física, na qual a matematização das leis de Newton organiza e unifica um campo de técnicas diversas, que, a partir de então, podem operar produzindo novas técnicas e novas formulações científicas em uma retroalimentação que, vale dizer, criou o mundo contemporâneo.

Levando em conta o material empírico sobre o qual age a matematização – o escopo de proposições construídas a partir de uma técnica dada –, torna-se possível supor que existam tanto proposições corretas quanto proposições erradas. Classicamente, seria o recurso à experiência que permitiria separá-las, mas não estamos mais no registro do empirismo ingênuo. A partir do momento em que a relação entre o real e a experiência foi relativizada, visto que muitas vezes é inteiramente imaginária, sua realização deixou de definir a escolha entre correto e incorreto com relação aos dados obtidos ou a obter. Incide nesse ponto a noção de falsificabilidade de Karl Popper, a qual postula que se tenha, para cada hipótese tida como correta, uma proposição experimental que a desmintam. Aliando a noção de falsificabilidade de Popper à matematização de Koyré, obtêm-se as condições mínimas, necessárias e suficientes para que uma prática alcance o estatuto de ciência (Milner 1991: 333-51; Popper 1992).²

Não é nossa intenção repetir o erro de Freud, pretendendo que a psicanálise preencha integralmente esses requisitos. Freud aderiu ao ideal da ciência e à ciência ideal de seu tempo e exigiu para a psicanálise o *status* de *Naturwissenschaft*, equivalente ao das ciências *hard* (cf. Assoun, P. L. *Introduction à l'epistemologie freudienne*, Paris, Pyot, 1981, pp.

² Essas teses foram retomadas em Vieira (2001: 42-6).

44 e seguintes). A maior contribuição de Lacan talvez tenha sido a de demonstrar que, apesar do desejo de Freud, a psicanálise não precisa necessariamente se alinhar ao ideal da ciência para operar, ainda que o tratamento psicanalítico necessite de certos critérios, eventualmente referidos a uma ciência ideal, para delimitar seu modo de funcionamento (cf. Milner, J. C. 1995, p. 36).

A lingüística ocupou esse lugar para Lacan durante certo tempo. A partir dos estudos lingüísticos, ele pôde desenvolver critérios rigorosos para demonstrar a ação da psicanálise e formalizar o desenrolar da experiência analítica sem, contudo, acreditar que a psicanálise devesse ter a ciência ideal como ideal de sua prática. Lacan evidenciou também que a psicanálise é capaz de funcionar com a mesma eficácia, partilhando ou não do ideal da ciência, bastando para isso que o psicanalista seja, assim como Freud, capaz de incorporar em suas formulações teóricas os paradoxos impostos pela experiência analítica. Sabemos que Freud teve a genialidade de fazer dessa fragilidade lógica o próprio fundamento da psicanálise, explicitando, em mais de uma ocasião, que abriria mão de construir o edifício e voltaria sua atenção para os andaimes (por exemplo, Freud 1915b: 137).

Já Lacan, em vez de fazer da obra de Freud um monumento, buscou dissecar a constituição desses andaimes. Dedicou-se, assim, à tarefa de isolar com precisão os pontos invariantes da experiência analítica, elementos mínimos de sua prática, e delimitar a maneira como estavam articulados. Surgiram então certas fórmulas, para as quais cunhou o termo *matemas*, tentativa, em alguns pontos análoga ao procedimento de Lévi-Strauss, de discernir, em meio às histórias e aos mitos de uma existência, não só seus pontos de repetição e impossibilidade, como também o modo de concatenação de seus operadores mínimos. Em outras palavras, Lacan buscou extrair a *estrutura* do mito. Ao passo que o mito é rico e polimorfo, atraindo o olhar e a compaixão, a estrutura é seca e incompreensível por si só, pois não existe sem um mínimo de mito. É apenas com o auxílio de determinadas unidades mínimas de sentido – letras, por exemplo – que se pode transmitir suas articulações fundamentais.

Dessa forma, torna-se compreensível que a psicanálise seja capaz de tecer considerações universais a partir do particular de seu material clínico, nos termos de uma formulação rigorosa e precisa que siga os cânones do ideal da ciência, e que pode, inclusive, ser escrita em linguagem lógica e eventualmente matemática.³

Abordemos agora o segundo discriminante, o critério de Popper. Com efeito, não respondemos ao possível argumento de que a psicanálise, embora séria e matemática, não pode ser uma ciência porque lhe falta refutação de hipóteses por dados empíricos. Do ponto de vista da antropologia, o que Freud articulou de sua clínica em textos como “Totem e tabu” (1912), por exemplo, não se sustenta como dado de experiência passível de universalização. Afinal, quem garante que não se trata de um conto de fadas freudiano ou que um outro psicanalista ou terapeuta não chegue a conclusões opostas a partir dos mesmos dados?

Esse tipo de questão forma a base do argumento de Wittgenstein, posteriormente retomado e desenvolvido por Popper. Ambos consideravam a psicanálise irrefutável e, por isso mesmo, uma não-ciência, pois seria impossível construir em seu âmbito proposições que demonstrem o engano de alguma de suas hipóteses. As formulações do analista para seu paciente seriam válidas independentemente de sua comprovação, já que sua validação depende apenas da aceitação do paciente. Caso haja recusa, é sinal de resistência, o que também valida a fala do analista: “Cara, eu ganho; coroa, você perde” (Wittgenstein: 1966 87-ss; Popper 1994: 107-ss).

³ Tal linguagem, se apenas em estado virtual, nem por isso está menos presente na obra de Freud.

Não se pode abrir mão do retorno a dados empíricos que eventualmente invalidem ao menos algumas das formulações apresentadas. Mesmo deixando de lado as condições experimentais do laboratório como ambiente exclusivo dessa verificação, é necessário dispor de algum protocolo de teste e refutação, sob o risco de cair na cilada de Lévi-Strauss e de alguns estruturalistas, capazes de delimitar a estrutura de um texto e efetivar uma interpretação sem que ela possa retornar sobre o dado e alterar sua configuração inicial. Pode-se partir de uma massa de fenômenos sem conseguir acompanhar, prever ou delimitar o efeito que essa operação hermenêutica terá sobre a realidade inicial.

No outro extremo, a psiquiatria atual, em vez de eliminar o espaço de testagem, esforça-se para estender ao mundo as condições ideais de um laboratório, tentando fazer do universo polimorfo de um hospital um ambiente de acontecimentos *in vitro*. Os estudos com placebo do tipo duplo-cego, grupos de controle etc. nada mais são que imensos esforços nesse sentido, com grandes perdas no que concerne à riqueza da experiência subjetiva humana, mas ganhos indubitáveis no âmbito da validação científica. Pode-se lamentar o quanto a psiquiatria perdeu da experiência clínica ao se atrelar progressivamente à sua ciência ideal, a neurologia, mas é certo que, em termos de confiabilidade e aceitação pela comunidade científica, ganhou muito.

A questão, contudo, permanece, e ainda mais complexa. O material clínico não é padronizável e suas formulações não podem ser refutadas pela evidência clínica, uma vez que não há evidência que não aquela estabelecida a partir de protocolos laboratoriais, em contradição com a essência da psicanálise. Como refutá-las? Ao argumento de Popper, Freud teria respondido com um critério de validação diferente do da ciência ideal (Freud 1937b: 291): uma construção. A construção deve conjugar não somente a interpretação dos dados da experiência, mas algo que permita incluir, na elaboração do caso, uma espécie de ponto fixo, que estaria no campo do vivido subjetivo do paciente e que, uma vez incorporado à teorização, permite que ela seja apropriada pelo sujeito com certeza inabalável.

A essa operação Freud denominou “construção”, e a seu efeito validante, “convicção”. Um sujeito vem ao psicanalista porque se encontra diante de um impasse que, absolutamente singular, gera um sofrimento indizível. O analista deve utilizar sua construção do caso para pôr em cena não somente os contornos desse sofrimento indizível, mas também o próprio indizível como vazio interior.⁴

Os critérios da ciência na pesquisa

Apesar de os critérios de validação da psicanálise dificilmente serem defensáveis do ponto de vista da ciência, acreditamos ter demonstrado que ela tem algo a propor no que diz respeito aos discriminantes de Koyré e Popper. Contudo, ao passarmos da psicanálise em *intensão* à psicanálise em *extensão*, ou seja, à legitimação de nossa prática, aproximando-a da ciência sem confundi-la com ela, precisamos localizar os dois discriminantes em posições distintas. Embora continuemos, com Freud, sem responder a Popper em seus termos, devemos, para fundar um método psicanalítico de pesquisa, conceder lugar mais visível ao material clínico, ainda que mantido seu caráter subjetivo. A psicanálise precisa de um método em que os “binômios” teoria/prática, objetivo/subjetivo e sujeito/objeto não sejam pressupostos do método e atendam às condições mínimas de cientificidade e rigor experimental, a fim de que seus resultados possam ser interpretados a distância por diferentes equipes de pesquisadores.

Com relação à objetividade buscada no campo da pesquisa científica, lembremos Freud: “Em certa época se acusava a psicanálise de não poder ser levada a sério como

⁴ Embora não possamos desenvolvê-lo aqui, esse ponto é essencial. Ver Vieira (2001).

terapia porque não se atrevia a produzir nenhuma estatística de seus resultados” (Freud 1933a: 152). Essa afirmação continua atual. A exigência “científica” que rege a pesquisa certamente encontra uma resposta bastante particular na prática analítica: ainda que um dispositivo qualquer de mediação possa tornar possível a constituição de um saber *sobre* a experiência, de modo algum será equivalente ao saber produzido como *efeito* dela. Assim, gravar sessões de um tratamento pode permitir a criação de uma teoria sobre a psicanálise, mas jamais reproduzirá o ato em sua efetividade. Se tal teoria for tomada como a verdade da prática analítica, poderá ocorrer o apagamento do saber operante na singularidade de cada caso, passando o saber a receber uma formatação apriorística bastante generalizada e distorcida.

Cabe insistir no fato de que a noção de subjetividade que orienta a formalização e a aplicação do método psicanalítico de modo algum se confunde com as referências sociopsicológicas que definem o sujeito das ciências humanas: “Uma coisa é certa: se o sujeito está realmente ali, no âmago da diferença, qualquer referência humanista a ele se torna supérflua, pois é esta que ele corta de imediato” (Lacan 1966a: 871). O sujeito em jogo na pesquisa é aquele que, em termos tanto investigativos quanto terapêuticos, constitui-se como efeito da verdade na temporalidade do ato analítico. Se esse efeito, por um lado, porta a abertura de toda experiência à dimensão do real, por outro, exige a produção de um saber que a inscreva em termos simbólicos. De outro modo, correríamos o risco de conduzir nosso método na direção de um misticismo nefasto à própria psicanálise ou torná-lo apenas mais um inadequado instrumento de medição do comportamento humano.

Um método psicanalítico de pesquisa

A solução que encontramos para contemplar os dois discriminantes delimitados por Milner sem subscrevê-los completamente foi situá-los apenas em um segundo tempo, ou seja, os dados produzidos devem se prestar à matematização e à falsificabilidade, mas não efetivá-las. O método deve ser mais um banco de dados, um material clínico se oferecendo à construção de proposições matematizáveis e falsificáveis, que um saber fixado, um produto já acabado. Dessa forma, tanto criamos condições para que cada pesquisador encontre formulações clínicas materializadas, escritas e matematizadas quanto permitimos que o material se preste à leitura imediata, a fim de que as hipóteses de pesquisa construídas a partir dele possam ser, ao menos em princípio, falsificáveis *a posteriori*.

A partir do trabalho desenvolvido pela equipe de Pesquisa Clínica em Psicanálise no Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro ao longo dos dois últimos anos, elaboramos um método que visa a responder a este desafio.⁵ Passemos então à descrição do método que vem sendo formalizado e aplicado em nosso trabalho. A equipe de pesquisa é formada por analistas que assim se autorizam em suas práticas e veiculam, com um projeto particular, os significantes da psicanálise na universidade. O fato de se reunirem em torno de uma mesma orientação conceitual certamente facilita a interlocução na equipe, porém não é uma condição para o bom funcionamento do método.

Cada analista, na particularidade de seu interesse e estilo, traz à equipe algo de sua clínica que toma como questão, apresentando-o sob a forma de texto e descrevendo o recorte que fez do caso. O recorte escolhido serve de eixo para a discussão da equipe. As discussões são gravadas e, ao fim de sua apresentação, o analista tem por tarefa utilizar

⁵ Esta linha de pesquisa foi instituída em 1997 por Ana Cristina Figueiredo (por as credenciadas?) e Marcus André Vieira (idem?), tendo recebido a colaboração essencial da pesquisadora Leticia Nobre (idem?) a partir de 1999 (as datas estão corretas?). Este artigo situa o trabalho realizado entre 1998 e 2001.

esse material para escrever um novo texto que fixe, no caso analisado, os efeitos da discussão. Assim, o funcionamento do método se dá em dois tempos: no primeiro, a discussão é produzida e gravada a partir do relato do analista; no segundo, ocorre a apresentação de um novo texto, já atravessado pelos efeitos da discussão.

Para favorecer o diálogo entre os dois escritos, registra-se o resultado do encontro de uma concepção do caso com o que se depositou dessa discussão em um saber que chamamos de “coletivo”, no sentido de uma coleção de enunciados, uma polifonia que reverbera no registro da gravação em que a enunciação circula. Entre os dois textos, está a elaboração sobre o caso. Os textos compõem um *corpus* de dados que serve à transmissão dos operadores conceituais da psicanálise. Acreditamos, desse modo, dispor de uma maneira suficientemente precisa de avaliar os efeitos produzidos.

Considerações *a posteriori* 1: pesquisa psicanalítica na universidade

Sustentar uma clínica psicanalítica e sistematizá-la no âmbito da pesquisa universitária é um desafio desde a interrogação feita por Freud em 1919 sobre a possibilidade de ensino da psicanálise na universidade.

Tomando-a sob dois pontos de vista – o da psicanálise e o da universidade –, Freud não apenas estabeleceu uma interlocução possível entre dois campos distintos do saber, como também circunscreveu o que há de específico em cada um deles. E concluiu:

Em suma, cabe afirmar que a universidade só pode beneficiar-se da inclusão do ensino da psicanálise em seu currículo. Esse ensino, é verdade, só poderá se dar de modo dogmático e crítico, por meio de aulas teóricas, pois estas possibilitarão apenas uma oportunidade muito restrita de realização de experimentos e demonstrações práticas. Para fins de pesquisa, seria suficiente para os professores de psicanálise ter acesso a um ambulatório para o fornecimento do material necessário sob a forma de pacientes “neuróticos”. Para a psiquiatria psicanalítica, dever-se-ia dispor também de uma enfermaria (Freud 1919b: 173).

Alertados sobre os limites que Freud impôs à universidade para o exercício da psicanálise e tendo à nossa disposição tanto o ambulatório quanto a enfermaria, deparamo-nos com o desafio maior de apostar em uma proposta para além do “ensino dogmático-crítico”, retomando o vigor do “fazer psicanalítico” no próprio ato de pesquisa.

A interrogação freudiana sobre a possibilidade de aproximação entre psicanálise e universidade institui uma zona fronteira entre o saber acadêmico e o saber psicanalítico, definindo práticas que se tocam sem se recobrir por completo. A demanda pela produção de saber que se instala em uma análise sob o nome de amor é inerente à própria estrutura da transferência e transcende o *tópos* do consultório analítico, requerendo manejo por parte do analista, assim como a demanda de saber que ele encontra em outros espaços da pólis. “Manter-se analista” no universo acadêmico é uma tarefa tão árdua quanto em qualquer outra situação, ainda que haja especificidades em cada uma delas.

Da mesma forma, não se pode definir externamente e *a priori* o que é um analista, mas apenas o que ele faz e, ainda assim, somente pelo efeito de suas intervenções no *a posteriori* de seu ato. Sabemos que não basta alguém receber um outro em seu consultório e conversar com ele, extraindo-se efeitos terapêuticos dessa situação, para ser considerado um analista.

E será de fato necessário que alguém tenha uma longa experiência clínica para realizar a psicanálise? Tanto Freud quanto Lacan deram inúmeros exemplos de como é possível, ao menos no campo da arte e da literatura, efetivar certa relação entre o saber, a

verdade e o real homóloga à estabelecida entre esses termos no discurso da análise. Nesse sentido, a universidade é um lócus possível para o trabalho analítico, cabendo aos psicanalistas a responsabilidade sobre sua prática. Por isso, basta aos praticantes que se reconhecem analistas serem capazes de produzir relatos precisos, respondendo à exigência acadêmica, para que sejam admitidos como pesquisadores.

Considerações *a posteriori* 2: pesquisa psicanalítica e tratamento

A afirmação freudiana de que “a psicanálise é uma notável combinação, pois compreende não só um método de investigação da neurose, como também um método de tratamento baseado na etiologia assim descoberta” (Freud 1913b: 207) é um dos eixos fundamentais de nosso trabalho. Afirmar que a psicanálise compreende métodos tanto de investigação quanto de tratamento significa dizer que ela não é feita apenas de um ou de outro. Em outras palavras, a psicanálise não se define apenas pelo exercício da investigação de conceitos, o que resultaria em uma “hipertrofia da especulação” (Freud 1933a), nem tampouco pela pura terapêutica sem nenhuma formalização conceitual, o que nos levaria aos equívocos de uma prática intuitiva e pouco rigorosa.

Apropriarmo-nos de tal definição significa observar que há na psicanálise uma relação indissociável entre *investigação* e *tratamento* e que, portanto, a pesquisa em psicanálise só pode se configurar e se sustentar na produção de algum saber possível sobre as próprias sutilezas de tal relação. Vale ressaltar que essa indissociabilidade não pode ser pensada como superposição nem como pacífica harmonização entre os conceitos. Por mais que Freud tenha se referido a uma “notável combinação entre investigação e tratamento” para falar do método analítico, o que ocorre na experiência é uma dissimetria, um não-encontro absoluto, entre ambos. Como assinalado, “manter-se analista” corresponde a estar nessa posição de intervalo entre dois pólos, tensão permanente que suporta uma escuta em que a investigação não coincide nem equivale aos efeitos terapêuticos.

Se, por um lado, os efeitos de verdade passíveis de serem produzidos a partir da aplicação do método de pesquisa só podem ser recolhidos por cada um no particular de sua experiência, por outro, as condições e as premissas para que tais efeitos ocorram devem fazer parte da própria estrutura do método. Confirma-se, desse modo, uma das premissas fundamentais da psicanálise: o universal que regula sua prática de *investigação* e *tratamento* é “não-todo”, ainda que algo de uma universalização do saber deva ser obtido visando à transmissão. Tais considerações permitem afirmar que se nada garante *a priori* que um atendimento clínico é analítico em seus efeitos, também não se pode dizer que uma pesquisa que se desenvolve em interlocução com o universo acadêmico deixa, por esse motivo, de ser regida pelos princípios mais rigorosamente analíticos.

Partimos, portanto, do pressuposto de que não há qualquer distinção metodológica a ser feita entre as dimensões de investigação e tratamento na pesquisa em psicanálise. A metáfora utilizada no texto freudiano sobre o trabalho do cirurgião é pertinente para esclarecer esse ponto: o cirurgião abre o ventre de um paciente e descobre o mal que o aflige e a indicação terapêutica para sua cura. Certamente o saber que rege tais descobertas emerge como efeito de sua colocação em ato – ato de corte, ato de cura. Também na pesquisa se observa um saber prévio que orienta o ato do pesquisador, mas é o saber do caso, no momento pontual de sua irrupção em ato, que opera mudanças.

Considerações *a posteriori* 3: pesquisa psicanalítica e trabalho conceitual

Apresentaremos agora o que se pode chamar de “efeitos recolhidos” a partir da aplicação do método como hoje se configura. Agrupamos alguns pares de opostos interligados que, na verdade, não se opõem simplesmente, mas antes deslocam-se de um a outro. Nossa proposta é utilizá-los como balizadores dos momentos de virada, indicando-nos o

caminho percorrido e a percorrer no trabalho de sistematização da clínica. Nós os chamamos de “catalisadores de precariedade”, maneira bem-humorada de indicar a inclusão da dimensão da castração na produção de saber.

Não basta dizer que todo saber é “furado”, limitado seja pelo real, seja pela insuficiência do simbólico. Uma vez que o saber é limitado pela barra que aponta o simbólico (campo do Outro) como “descompletado” pela incidência do real – que grafamos como $\square\phi$ –, a significação obtida como efeito imaginário da definição surge com caráter provisório, talvez fosse melhor dizer precário, uma vez que não se supõe um definitivo. Definir, conceituar e teorizar adquirem outra dimensão, sem dúvida útil e suficiente, mas cuja utilidade e suficiência tocam reiteradamente seu próprio limite a cada novo acontecimento na clínica, provocando ativa instabilidade.

Convém esclarecer que não se trata nem de aplicar o corpo teórico da psicanálise aos dados obtidos de uma clínica intuitiva e imprecisa visando a contê-la, nem de supor uma clínica em si como puro real a se revelar no impossível de construir um saber estável, sistemático e categorizável que leve ao universal do conceito. Os “catalisadores de precariedade” são operadores, forjados no trabalho de pesquisa, de uma terceira proposta de articulação que desloca as tradicionais oposições mencionadas. São binômios ligados entre si pela conjunção “e”, indicando ao mesmo tempo o *continuum* e a diferença, pois há ruptura na passagem de um ao outro e algo do anterior se perde. São eles: história e caso; supervisão e construção; registro e perda; e conceitos e distinções.

a) História e caso

Vem se produzindo em nossas discussões uma interessante distinção entre esses dois termos que acompanha aquela existente entre mito e estrutura. O relato clínico que se apresenta rico em detalhes, cenas e conteúdos é a história. A partir dele, temos um texto que já traz o recorte do analista, com as passagens escolhidas e privilegiadas em determinado momento. O caso é produto do que se extrai da história, das intervenções do analista na condução do tratamento e do que é decantado de seu relato. A história pode ser fatigante, se muito detalhada, e o caso estará morto se tornar-se apenas uma fórmula. Estabelece-se aí um binômio que retoma a idéia de formalização necessária do relato, mas não se reduz à teorização formal nem à elaboração de saber sobre os problemas do paciente. Dito de outro modo, trata-se de pôr em jogo o ato analítico e seus efeitos, pois só assim é possível recolher, dos infindáveis detalhes de uma história, a direção de um caso. Para trabalhar em psicanálise, é necessário, em suma, que uma história se faça caso.

b) Supervisão e construção

As discussões que sustentam o funcionamento de nosso método se referem a um trabalho mais de construção que de supervisão. Embora em seu desenrolar tangenciem a experiência de supervisão, esses debates diferem dos modelos aprendiz/aluno ou praticante e mesmo da supervisão em grupo (intercontrole). Ao contrário da supervisão, a discussão não se encerra ao término da sessão, mas continua e se remete ao pesquisador. Em um primeiro tempo, ocorre um retorno sobre o pesquisador em sua condição de sujeito, sem dúvida efeito de supervisão; em seguida, trata-se da reapropriação do saber pelo analista na condição de pesquisador; por fim, o saber depositado se torna produto. Esse produto é o ponto de basta assinalado pelo pesquisador em sua condição de analista e, assim, a supervisão é ultrapassada pelo trabalho de construção. O entrelaçamento das funções de sujeito (que endereça sua questão aos demais), pesquisador (que retoma sua questão perante o novo dado) e analista (que determina o ponto de basta na busca de saber) rompe qualquer fixidez de posição diante do saber. Por esse motivo, sustentamos a construção – para além da supervisão – como instrumento clínico da pesquisa.

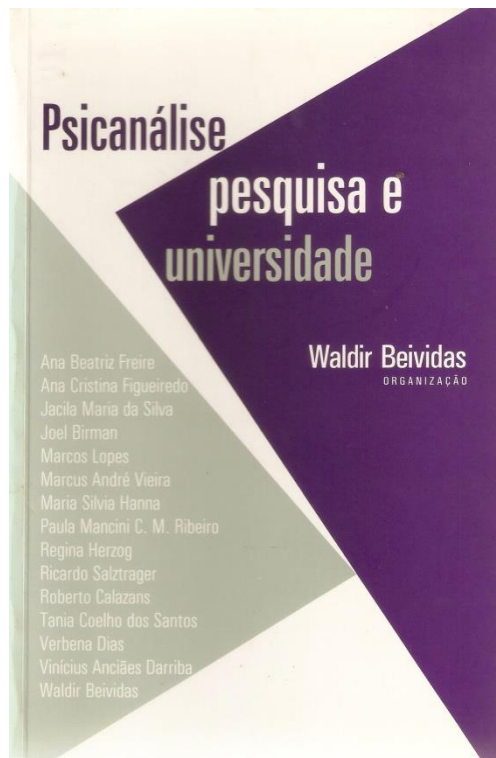
c) Registro e perda

No trabalho de gravação das discussões dos casos, as fitas são uma extensão da memória. Elas põem a todos *sub judice*, uma vez que tudo que se disse pode, uma vez registrado, ser confrontado com o Outro do saber – nos livros, por exemplo. Além disso, verificamos efeitos surpreendentes em sua audição. O gravador tende a estabelecer uma divisão em qualquer um que ouça sua própria voz, e isso tem se dado também na aplicação de nosso método. Não se trata apenas de recordar com exatidão o que se disse, mas também de verificar novos efeitos na escuta da discussão. O analista tende a se ver do lugar do Outro, o que por vezes desvela sua posição de sujeito ou sua resistência na condução do tratamento. No registro da palavra, impõe-se uma perda tanto no âmbito da significação quanto no efeito de estranhamento do supostamente familiar, e é essa diferença que nos interessa, visto que algo dela pode ser cingido no cotejo entre os dois textos produzidos.

d) Conceitos e distinções

Os conceitos fundamentais da psicanálise são postos em questão a cada passo. Não tem sido necessário definir exatamente o que significam, nem a que evento correspondem caso a caso, para obter o resultado esperado: a produção de um novo texto. Percebemos, contudo, que é fundamental estabelecer algumas distinções, sem as quais não há condução possível. Em certa ocasião, por exemplo, delimitamos a importância de um enunciado como “Eu não a quero mais, quero outra”. Esse enunciado pode ser tomado como apresentação do sujeito do inconsciente, rompendo com os hábitos do eu, sempre cordato e submetido à esposa e repetindo-se em “Eu a quero mais que às outras”. Outro argumento seria que todo enunciado já está no campo do eu, pois o sujeito é sempre intervalar e evanescente. Mais que definir se o dito está no campo do eu ou do sujeito, trata-se de perceber que o fundamental é distinguir dois enunciados que correspondem a duas posições: “Eu não a quero mais, quero outra” irrompe a partir de algo que insistia, até então silenciosamente, enquanto “Eu a quero mais que às outras” é algo que permanece resistindo, agora explicitamente, e estabelecendo os caminhos habituais do sujeito. A partir desse exemplo, sustentamos a função contingente do conceito em sua aplicação, mantendo-se universal – visto que não se trata de redefinir os mesmos conceitos ou criar novas significações que esvaziem sua função de universal –, mas sendo retomado em relação a outros conceitos que entrem em causa para ratificar ou retificar sua suficiência, seu alcance explicativo onde ele se faz necessário.

A psicanálise não é o efeito do saber do Outro sobre uma história, mas o feliz encontro entre as ferramentas conceituais do analista – pulsão e objeto, por exemplo – e as contingências dessa história, produzindo um caso e, no melhor dos casos, um novo sujeito. Buscamos assim a possibilidade de constituir enunciados positivos sobre esse saber propriamente psicanalítico, singular e inventado a cada nova situação.



Copyright © dos autores, 2002

Capa, projeto gráfico e preparação
Contra Capa

Psicanálise, pesquisa e universidade
Waldir Beividas (org.)

Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2002.
168 p.; 14 x 21 cm

ISBN: 85-86011-56-6

Inclui bibliografia.

1. Psicanálise. 2. Universidade. 3. Pesquisa. I. Título. II. Série

CDD 150.195
CDU 159.964.2

Todos os direitos desta edição reservados à
Contra Capa Livraria Ltda.
<ccapa@easynet.com.br>
Rua Barata Ribeiro, 370 - Loja 325
22040-040 - Rio de Janeiro - RJ
Tel (55-21) 2511-4082 / 2511-4764

Sumário

Apresentação. Waldir Beividas	7
Psicanálise e ciência: uma questão de método	13
Ana Cristina Figueiredo Marcus André Vieira	
Considerações a propósito do "sujeito da ciência"	33
Roberto Calazans	
A experiência do conceito na psicanálise: a provisoriabilidade e a ênfase na observação	57
Vinícius Anciães Darriba	
Do saber suposto ao saber exposto: a experiência analítica e a investigação em psicanálise	71
Tania Coelho dos Santos	
Sobre a dimensão inventiva da fantasia	85
Regina Herzog Ricardo Salztrager	
Clérambault através de Lacan: o automatismo mental e os delírios passionais	99
Ana Beatriz Freire Maria Sílvia Hanna Paula Mancini C. Mello Ribeiro Verbena Dias	
Entre psicanálise e música: variações quase atonais entre Freud, Foucault e Adorno	113
Jacila Maria da Silva Joel Birman	